

"OS EMPRESÁRIOS E A EDUCAÇÃO O IPES E A POLÍTICA EDUCACIONAL APÓS 1964"*

*Elizabeth Remor Krowczuk ***

Resenha do Livro: SOUZA, Maria Inês Salgado. Os Empresários e a Educação — O IPES e a Política Educacional Após 1964. Petrópolis, Vozes, 1981. 211p.

O livro de Maria Inês Souza resultou inicialmente de uma análise a respeito da publicação "A educação que nos convém", reunindo na época uma série de sugestões acerca da política educacional no Brasil apresentadas por eminentes figuras do meio empresarial e tecnoburocrata. O tema acima citado teve origem de um fórum de debates promovido pelo IPES. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foi organizado em 1961 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo por um grupo de empresários que exerciam uma considerável influência no âmbito político, econômico e também educacional, embora sua finalidade fosse proporcionar cursos de aperfeiçoamento para executivos e filantropia.

O IPES se valeu de pessoas de vida cultural do país tais como: profissionais, acadêmicos, burocratas, eclesiásticos, bem como dos setores da economia, da política e das forças armadas, que ofereceram subsídios para a reforma educacional do país, a fim de atender os anseios, da classe empresarial diante da problemática situação econômica e política vivida na época.

A autora optou por uma exaustiva pesquisa documental dentro do Arquivo Nacional a fim de reconstruir o papel do IPES na formula-

*Trabalho apresentado à Disciplina Teorias e Estratégias do Desenvolvimento. Avaliado pela Dra. Arabela Campos Oliven, responsável pela Disciplina.

**Profª. Assistente do DAOP-EENFUFGRS. Enfermeira Especializada do S.S.M.A. Equipe Saúde Mental C.S. 2. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação — Mestrado — Área Planejamento da Fac. de Educação da UFRGS.

ção da política educacional do país. Desta forma, vem contribuir para os estudiosos de Educação Brasileira ao transcrever na íntegra todos os documentos pertencentes ao IPES e ESTADO, o que permite ao leitor tecer várias reflexões e análises sobre o IPES e a política educacional implantada pelo ESTADO no período de 1964 a 1975. Esta visão nos oportuniza, através da trajetória do IPES, entender a atual situação em que se encontra a educação brasileira, e talvez identificar os responsáveis por todo o processo de enfraquecimento que sofreu o ensino no País, bem como o modelo político-econômico adotado após 64.

Souza, ao levantar e analisar os documentos referentes ao projeto educacional do IPES, declara que esta entidade fora possuidora de um extraordinário poder econômico-político sobre os governos, a ponto de influenciar na queda do governo João Goulart, influenciando ainda nos governos militares pós-64, através de pressões e da utilização da contra-propaganda ideológica, agindo diretamente junto aos estudantes e operários, que simpatizavam com o governo deposto.

O discurso utilizado por parte dos grupos de pressão pertencentes ao IPES visava defender a "propriedade, democracia e prosperidade" do País, pois essas instituições sentiam-se ameaçadas por uma mudança de regime, caso permanecesse o governo João Goulart.

Os empresários brasileiros, tinham como meta assegurar o aumento da produtividade, distribuição da renda, democratização do capital e da propriedade. Esta meta foi possível de ser alcançada, com a participação de professores universitários, técnicos especialistas.

O IPES dividiu-se em maio de 1964, não só administrativamente, mas também na sua ideologia:

1. O IPES — Guanabara — RJ, voltou-se mais para a área educacional embora não obtivesse o sucesso pretendido, limitando-se à doação de publicações e apostilas (que visavam a propaganda ideológica). Manteve estreito contato com a PUC-RJ e instalou o Curso Superior de Estudos Financeiros (pós-graduação de alto nível, que veio ajudar na formação da nova elite brasileira), no período de 1968, seus cursos passaram a ser reconhecidos pelo Ministério de Educação e Cultura, através do Programa de Preparação Intensiva de Mão-de-Obra Industrial (PIPMOI).

No mesmo ano, ocorreram movimentos de protesto dos universitários, sendo que setores empresariais passaram a pressionar o ESTADO para uma reformulação do Sistema Educacional do País.

2. O IPES — São Paulo tornou-se um grupo voltado para uma propaganda anti-comunista.

Os IPES empreenderam outras tarefas, tais como o auxílio a entidades filantrópicas e assistenciais como a "Cruzada do Horário em Família", a Ação Comunitária do Brasil e a Criação do Centro de Bibliotecnia. Em todos estes contatos, o objetivo dos IPES era de agir contra a ideologia das massas. Na realidade, ambos os grupos eram altamente políticos, visto que há documentos que comprovam sua forte ascendência sobre o governo do Marechal Castello Branco, quanto aos aspectos "reforma bancária e monetária-reforma agrária".

Posteriormente, a autora descreve o Projeto Educacional do IPES (1964-1968), analisando os conteúdos dos documentos que contêm os projetos de reforma da educação. São eles:

- Documento básico — 1964;
- Delineamento geral de um plano para a educação e para a democracia no Brasil — 1964;
- A educação que nos convém — 1968.

A opção por um suporte teórico de natureza econômica e a crença na correlação positiva entre a educação e o crescimento de renda, acham-se presentes nos três documentos com igual ênfase.

A partir da análise desses documentos, a autora conclui que a educação nos países insuficientemente desenvolvidos deve subordinar seus objetivos ao desenvolvimento econômico do País. Outro aspecto, salientado igualmente pelos documentos em questão, é o da necessidade de um direcionamento pelo nível médio para um tipo de curso não apenas de transição para o ensino superior, mas que dê ao aluno formação profissional. Os principais pontos em comum dos citados documentos são: a necessária seletividade dos níveis após o nível elementar, principalmente no curso superior, destinado ao preparo das elites; a necessidade da vinculação dos currículos, em todos os níveis, às características da realidade nacional e aos seus objetivos; a crença na igualdade da oportunidade de acesso aos níveis médio e superior através de bolsas concedidas aos "mais capazes".

Em continuação, a autora estuda o conteúdo do projeto educacional dos governos pós 1964 a 1975, estreitamente ligado a imperativos de ordem política. A crise política que teve seu desfecho em 1964 apresenta seu ponto crucial na estagnação econômica, alta taxa inflacionária, fim do populismo, e um novo modelo de desenvolvimento — o regime modernizador, com um maior controle do processo social.

Dando seqüência ao estudo destes documentos, descreve a educação nos planos governamentais de 1964 até o "Plano Nacional de Desenvolvimento, 75-79". As idéias-chaves dos planos e programas do ESTADO são trabalhados sob as seguintes variáveis de análise:

- Objetivos e métodos de análise;
- Estrutura do Sistema Educacional;
- Educação e desenvolvimento;
- Recursos para a educação.

A autora analisa ainda o 1º Plano pós 64 — Programa de Ação Econômica; o Plano Decenal do Desenvolvimento Econômico e Social (1967-76); o Programa de Desenvolvimento (1968-70).

Ao concluir seu trabalho, a autora analisa a estreita relação ideológica entre o projeto do IPES e a política educacional global do ESTADO após 64.

O projeto do IPES, apesar de toda a sua fragmentação, apresenta um mesmo fio condutor de suas idéias e propostas. Os pontos em comum têm suporte teórico: teorias econômicas do "fator residual" e do "capital humano". Seu objetivo final é claro: pretende o desenvolvimento econômico do País, dentro da ordem capitalista. Função da educação: formação de recursos humanos ou força de trabalho para este desenvolvimento econômico.

O livro em questão constitui uma valiosa contribuição aos estudos da Educação Brasileira, bem como aos estudantes, num sentido amplo, porque, como pesquisa, oportuniza uma reconstrução histórica do país em termos de política econômica, social e educacional nas últimas duas décadas, e melhor compreensão do atual quadro que estamos vivendo.

A autora pecou em não realizar com profundidade uma análise crítica, pois somente estabeleceu supostas conexões entre a política educacional do Estado e o Projeto Educacional do IPES.

É aconselhável a leitura, mas com o intuito de análise e reflexão, conjuntamente com outros trabalhos que venham enriquecer nosso conhecimento teórico. Assim, poderemos alcançar uma postura crítica diante da classe dominante retomando a verdadeira função e não mais compatuando com a política educacional vigente, que pretende a "formação de alienados".